

## Mensagem ao Povo Brasileiro

*“Bem-aventurados os que promovem a paz,  
pois eles serão chamados filhos de Deus” (Mt 5,9).*

Nós, bispos católicos do Brasil, reunidos no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, de 15 a 24 de abril de 2026, por ocasião da 62ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, dirigimos ao povo brasileiro nossa saudação fraterna, iluminados pela luz de Jesus Ressuscitado. Nestes dias, refletimos sobre a missão da Igreja no Brasil, sobre sua presença na sociedade, próximos das alegrias e esperanças, das tristezas e angústias do nosso povo.

Neste tempo pascal, celebramos com gratidão os sinais de esperança que já podem ser vistos. A amizade social, a economia solidária, a responsabilidade com os mais pobres, a valorização da soberania e da democracia, a promoção da cidadania e a incondicional defesa da vida, desde a concepção até a morte natural, passando por todos os direitos humanos e sociais, são sementes que florescem em nossas comunidades. Contudo, a alegria da Páscoa abre os nossos olhos para perceber, também, os sinais de morte em nossos dias.

Vivemos tempos de incertezas e sofrimentos. Persistem guerras, violências, fome e destruição em muitas partes do planeta, protagonizadas, muitas vezes, pelas grandes corporações e seus interesses. Como afirmou recentemente o Papa Leão XIV, “o mundo está sendo devastado por um punhado de tiranos”. Também em nosso país, coexistem dinâmicas de destruição da vida do povo. O narcotráfico, as milícias e o crime organizado produzem um regime cotidiano de violência que vai muito além dos confrontos armados. Eles controlam territórios e enfraquecem a autoridade legítima das instituições. Nas periferias, a população



passa a viver entre a ausência do Estado e a presença de poderes paralelos. Igualmente no campo, o quadro é grave, diante de situações historicamente injustas.

As mulheres estão ameaçadas por violências que vão: da agressão física, sexual e psicológica ao controle econômico; da humilhação cotidiana à violência contra a gestante; das desigualdades no salário e na renda à perseguição digital, ao assédio e à tentativa de expulsá-las dos espaços de poder. Crescem os casos de feminicídio. O quadro é ainda mais grave porque a mulher pobre, negra, periférica, indígena ou rural costuma enfrentar não só a violência, mas também a omissão institucional, a banalização social da dor e a cultura que a relativiza.

A Assembleia Geral da ONU reconheceu o tráfico transatlântico de escravizados como o “crime mais grave contra a humanidade”. O Brasil ainda não enfrentou corajosamente o racismo e nossa história tem uma dívida que exige reparação. Nas comunidades tradicionais, as disputas pela terra, pela água e por território produzem sofrimento, medo, expulsões e tragédias.

A grave crise ética tem, na corrupção, a ferida mais profunda. Ela abala a confiança da população, desvia recursos que deveriam servir aos mais pobres e fragiliza a qualidade de nossa democracia, já marcada por sinais preocupantes de desgaste. Por isso, é necessário defender com firmeza as instituições republicanas, os órgãos de controle, a justiça, a transparência e a responsabilidade na vida pública, pois são instrumentos indispensáveis para a proteção do bem comum. As relações promíscuas entre o público e o privado, inclusive promovidas por autoridades, impactam a política e não podem ficar impunes.



Preocupa-nos a discussão no Supremo Tribunal Federal sobre a substituição de contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por vínculos precários de prestação de serviços, conhecidos como “pejotização”. Onde desaparece o Estado, vigora a lei do mais forte. Da mesma forma, é necessário reafirmar o direito sagrado ao repouso, oferecendo escalas de atividades que permitam aos trabalhadores melhor qualidade de vida e mais tempo com as suas famílias.

Em um ano eleitoral, o Brasil necessita, ainda mais, de diálogo paciente, espírito público e compromisso com o que é mais importante para a vida do povo. Em outubro deste ano, encorajamos o povo brasileiro a participar efetivamente da festa da democracia e exercitar conscientemente a cidadania como o melhor mecanismo para a solução dos desafios nacionais. Importam tanto as eleições para o Poder Executivo como para o Poder Legislativo, especialmente diante da necessidade de um parlamento que enfrente as causas estruturais da pobreza e crie condições de uma educação de qualidade, de moradia digna e de acesso à saúde para todos. É importante combater a compra e a venda de votos. Como sabemos, “o voto não tem preço, tem consequência”. É fundamental escolher bem os candidatos, com propostas concretas a serviço dos mais vulneráveis, da justiça socioambiental e da vida. Da mesma forma, em tempos eleitorais, a relação entre religião e política deve respeitar as diferenças entre ambas e impedir qualquer instrumentalização. A liberdade religiosa sofre quando são atacadas as tradições religiosas.

Nesse contexto, torna-se urgente proteger a verdade dos fatos, a integridade do debate público e a legitimidade do processo eleitoral, especialmente diante da disseminação organizada de desinformação, da manipulação do medo, dos discursos de ódio, do uso abusivo de novas tecnologias



e dos recursos da inteligência artificial. A corrosão da convivência democrática enfraquece a sociedade e fere a verdade. Por isso, renovamos nosso apelo à caridade e à ética, especialmente no campo da comunicação.

Urge enfrentar os extremos climáticos que atingem todos os biomas, especialmente a Amazônia, com seus povos, suas florestas e suas águas, ecossistema que afeta todo o planeta. Não podemos sacrificar a natureza e as pessoas em nome de modelos de exploração que negam o bem viver. Toda a Casa Comum sofre com a devastação.

Dirigimos ainda nossa atenção aos povos indígenas e comunidades tradicionais, como os quilombolas e os ribeirinhos brasileiros. Eles continuam ameaçados por iniciativas que desconsideram sua história, sua identidade e seus direitos originários, por propostas legislativas inconstitucionais que procuram enfraquecer a proteção dos seus territórios. Nenhuma solução legítima poderá ser construída sem escuta verdadeira, participação e respeito a esses povos.

Somos peregrinos de esperança e caminhamos firmes, na certeza de que o Senhor percorre os caminhos conosco. Não podemos deixar que retirem a nossa coragem. Os desafios existem para que os enfrentemos, com temores e incertezas que lá estão, mas sempre com alegria, fé e confiança no povo brasileiro.

Nossas alegrias e esperanças são a nossa força! A Igreja faz memória dos 800 anos da morte de São Francisco de Assis. Por ele inspirados, renovamos o nosso compromisso de ser instrumentos da paz e do bem. Assim, exortamos o povo brasileiro a construir uma só família humana, fundada na justiça, na verdade e na solidariedade. Sob o manto protetor de Nossa Senhora da Conceição Aparecida,





Mãe e Padroeira do Brasil, invocamos a bênção de Deus sobre toda a nação brasileira.

Aparecida - SP, 24 de abril de 2026

**Dom Jaime Cardeal Spengler**

Arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre - RS  
Presidente da CNBB

**Dom João Justino de Medeiros Silva**

Arcebispo da Arquidiocese de Goiânia - GO  
1º Vice-Presidente da CNBB

**Dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa**

Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife - PE  
2º Vice-Presidente da CNBB

**Dom Ricardo Hoepers**

Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Brasília - DF  
Secretário-Geral da CNBB

